



FILIAIS E AGÊNCIAS BNU

A presença do BNU na Praia

O Banco Nacional Ultramarino (BNU) instalou-se no arquipélago de Cabo Verde, na cidade da Praia. A inauguração da filial nessa cidade passou pela aquisição do imóvel, que acolheu os serviços do banco durante a sua permanência em Cabo Verde.

Durante o período que esteve em Cabo Verde, o BNU nunca mudou de edifício – mesmo que tivessem ocorrido oportunidades para tal. A economia cabo-verdiana estava muito assente na produção agrícola, que era muito afetada pelas persistentes secas. Este fraco desempenho conduziu a que a atividade bancária do BNU não estivesse muito dinamizada. Por arrasto, o investimento por parte dos poderes centrais em Lisboa também era pouco frequente. Por esse motivo, não houve qualquer reconstrução do edifício e a sua durabilidade assentou no recurso a esporádicas e superficiais reparações – o que contrasta com o que sucedeu noutras capitais coloniais onde o BNU esteve presente.

Na *Carta de Lei de 16 de Maio de 1864*, que criou o BNU, estava determinada a inauguração de dependências do banco em importantes praças nas colónias portuguesas em África, sendo uma delas no arquipélago de Cabo Verde. Tal foi concretizado e a agência inaugurada em outubro de 1865, na cidade da Praia, na ilha de Santiago.

Esta agência ficou a cargo do representante do banco, Clarimundo Martins, conforme a *Portaria de 4 de Outubro de 1865*, que foi comunicada pelo Ministério da Marinha e Ultramar ao governo colonial. A agência foi aberta com capital de 30 contos, praticando inicialmente, as operações bancárias de depósitos a juros, saques e letras.

Além da cidade da Praia, o BNU instalou, em 1894, a agência do Mindelo, na ilha de S. Vicente. Para além desta, foi aberta mais uma agência em Espargos, na ilha do Sal, a 15 de junho de 1948.

A 24 de setembro de 1889 foi adquirido imóvel na cidade da Praia, por escritura de doação em pagamento ao anterior representante. O imóvel passou assim a funcionar como filial do BNU em Santiago.



Para tal, este imóvel foi objeto de requalificação, tendo esta ficado concluída no ano de 1891. A requalificação incluiu trabalhos em alvenaria e vigamento em cibe¹ da Guiné. Ficou com área de 656 m². Tinha dois pisos. O rés-do-chão servia de armazém com quatro divisões. O primeiro andar continha os escritórios da filial e a habitação do gerente. O edifício ficou com treze divisões e um pátio no piso térreo.



01 – Edifício da filial do BNU Santiago.
Fachada para Praça Infante D. Henrique. Cerca de 1950.

No ano de 1889, o edifício da filial tinha como frentes a Rua Sá da Bandeira² (oeste), a Praça General Barros (sul) e a Rua Albuquerque (este) – no terço norte do quarteirão, ficava um imóvel pertencente a outro proprietário. A entrada principal para a zona de atendimento ao público, fazia-se pela Rua Sá da Bandeira e a entrada para a residência do gerente pela Praça General Barros.

Em 1911 e 1925, foram feitas intervenções no edifício, nomeadamente na aquisição de mobiliário novo e reparações na varanda e nas escadas, respetivamente.

A 17 de maio de 1926, a filial da Praia foi intimada, pela câmara municipal e pela Direcção dos Serviços de Saúde, a proceder à ligação do sistema de esgotos do edifício à rede de saneamento municipal. A autorização da administração em Lisboa foi confirmada por carta a 14 de junho. No entanto, a ligação não foi efetuada, mantendo-se dessa forma até 1950, aquando de nova intimação da Câmara, a 17 de novembro, tendo sido efetivada a 30 de dezembro.

Previa-se que em 1928, a cidade da Praia começasse a acolher um maior fluxo de viajantes por ser escala na rota dos hidroaviões, entre a Europa e a América do Sul.

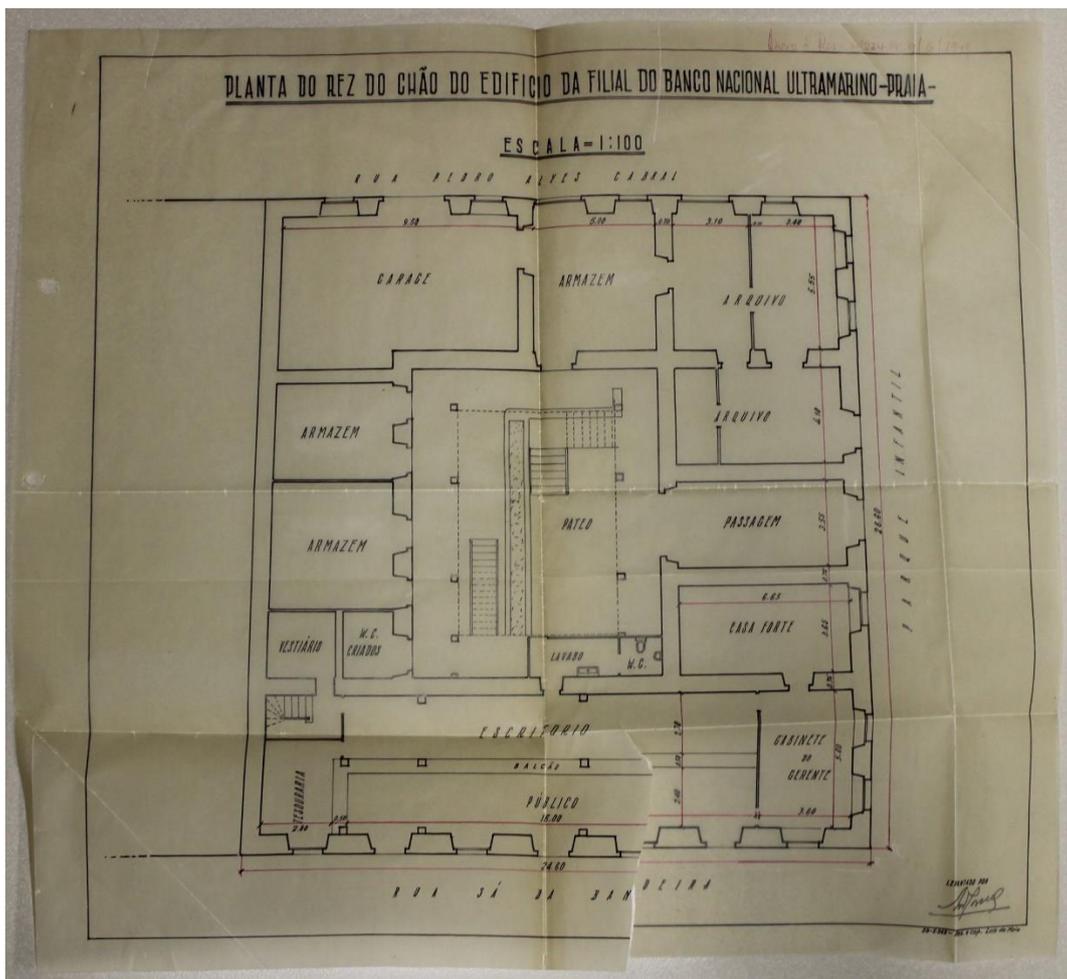
Devido a esse facto e com o intuito de melhorar as condições do edifício, o gerente enviou orçamento a 19 de novembro de 1927 para reformulação da disposição das divisões nos dois pisos do imóvel. Assim, previa-se transferir para o primeiro andar, parte do arquivo da filial, e

¹ Denominação local e coloquial da árvore palmácea, *Borassus aethiopum* (mart.). Também denominada de morumbe (Moçambique) ou palmeira-leque (S. Tomé).

² Anteriores designações: Rua do Cofre, Rua do Quartel. Atualmente, Avenida Amílcar Cabral.



passar para o piso térreo, todas as secções que tivessem contacto com o público: repartição de letras, operações gerais e tesouraria. O gabinete da gerência passaria para este piso e seria envidraçado, ficando mais próximo da casa forte – o que seria considerado uma vantagem na medida que evitaria as constantes deslocações do gerente para recolha e fornecimento de fundos. Com esta remodelação, toda a área relacionada com as atividades do banco passava a ficar voltada para a Rua Sá da Bandeira. Este orçamento foi aprovado pela administração a 23 de dezembro, e as remodelações, efetuadas logo de seguida, alteraram a disposição original das divisões do imóvel.



02 – Planta do rés-do-chão da filial do BNU Santiago. Datada de 1949-05-29.

Foram executados novos trabalhos de reparações no edifício no ano de 1937: paredes, pavimentos e canalização. Dois anos mais tarde, foi substituída a instalação elétrica.

Em telegrama enviado a 5 de março de 1930, da filial da Praia à sede, foi comunicado o interesse do diretor local dos Correios que, em promoção conjunta com o governador da província, pretendia adquirir o edifício do BNU para aí ser instalada a nova repartição daqueles



serviços na cidade. Antecipando os preparativos necessários, a gerência da filial indicou, em carta de 26 de março, que iria encarregar-se de pedir projetos e orçamentos para a adaptação de um edifício pertença do BNU na Praça do Albuquerque. Este ficaria apto a acolher a futura instalação da filial, após a eventual venda do edifício da Rua Sá da Bandeira.

Em resposta de 30 de abril, a administração mandou suspender qualquer estudo nesse sentido antes de se confirmar a venda do presente edifício. A 19 de maio, o governador da província apresentou o valor de 550 mil escudos para compra do imóvel. Este valor foi aceite pela administração a 15 de julho. No entanto, esta venda não teve qualquer avanço, desistindo os Correios e o governo colonial de dar qualquer seguimento.

Em memória descritiva, enviada a 18 de abril de 1939, e numa liquidação predial, datada de 18 de maio de 1949, confirmou-se que a localização do

edifício da filial do BNU, na cidade da Praia, teve uma mudança toponímica. Assim, os nomes das ruas passaram a ser os seguintes: Rua Vasco da Gama (oeste), Praça Infante D. Henrique (sul)³ e Rua Pedro Álvares Cabral (leste). A parte norte do quarteirão continuava a pertencer a outro proprietário. A orientação das duas entradas principais manteve-se.



03 – Edifício da filial do BNU Santiago. Fachada para Rua Sá da Bandeira. Cerca de 1950.

Desta feita, a entrada para a zona de atendimento ao público dava para a Rua Vasco da Gama e a entrada para a residência do gerente continuava a ser feita pela praça.

A mencionada memória descritiva foi enviada à sede, com o intuito de alertar para a fraca qualidade estética e mediana dos materiais aplicados no edifício da filial. Para reverter essa situação, o gerente propunha obras de monta, de modo a tornar mais agradável a estética e o conforto no interior, bem como no exterior do edifício. Para tal, as intervenções propostas implicavam: a construção de uma nova escada, respetivo patamar e painéis envidraçados a

³ Em 1963, esta praça ficou sem nome porque a câmara atribuiu o topónimo a outra praça da cidade. Em 1964, ano de comemoração do centenário do BNU, o arruamento passou a designação de rua e com o topónimo de Rua do Banco Nacional Ultramarino. Atualmente, mantém essa denominação mas somente na redação de Rua do Banco Ultramarino.



ocultá-la da sala do público; substituição do anterior balcão de atendimento ao público, que era em cimento armado, por um em madeira de macacaúba⁴; construção de uma divisória e porta para os lavabos destinados ao pessoal; construção de um lambril nas paredes interiores da sala do pessoal e do gabinete do gerente; revestir em madeira as seis colunas de cimento armado que sustentavam o pavimento da galeria; deslocação de vão da porta da arrecadação; substituição do pavimento do piso térreo por um revestido a mosaicos de duas cores; substituição dos vidros dos painéis, das portas e das janelas por uns novos de fantasia; envernizamento de todas as madeiras; pintura das paredes e dos tetos; reparação do reboco exterior e sua pintura, bem como dos caixilhos e das grades das janelas; alargamento da porta da garagem. A reparação e limpeza da frontaria do edifício da filial era obrigatória, devido a intimação por edital da câmara municipal publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, de 15 de abril de 1939. Esta intimação devia-se à visita prevista do presidente da república àquela ilha no mês de junho. Como o edifício da filial apresentava uma frontaria bastante danificada e não era pintado há mais de seis anos tendo em conta que se localizava na Praça Infante D. Henrique, onde se situava também o Palácio do Governo, esta intimação tinha carácter de urgência.

A 9 de maio de 1939, a administração não autorizou as reparações propostas, uma vez que não estavam incluídas no plano de obras do BNU para aquele ano. Como as reparações e as pinturas exteriores eram obrigatórias, estas foram sancionadas em correspondência posterior datada de dia 31. Estas obras foram executadas antes do mês de junho. No entanto, devido à necessidade de as concluir antes desse mês, a pintura das portas e caixilhos das janelas foram adiadas para o ano seguinte.

Em carta de 12 de fevereiro de 1940, em resposta a novo pedido da filial, datado de 21 de dezembro do ano anterior, a administração autorizou as reparações e melhorias nos interiores do edifício, tal como havia sido orçado. Devido ao atraso na receção da matéria-prima e na dificuldade em empregar funcionários qualificados, o início destas obras e das pinturas das janelas referidas anteriormente, tiveram início somente no mês de dezembro de 1940.

⁴ Árvore brasileira da família das Leguminosas de madeira avermelhada.



A 31 de maio de 1941, a gerência informou a sede de que a verba orçamentada tinha sido excedida em virtude do aumento do preço dos materiais e do orçamento inicial ter sido



04 – Edifício da filial do BNU Santiago. Plano geral fotografado da Praça Infante D. Henrique. Cerca de 1960.

elaborado de forma incompleta porque não contemplava despesas de reparações que tiveram de ser efetuadas. Estas despesas adicionais foram aprovadas em carta da administração de 7 de agosto.

A 10 de outubro, por motivos de infiltração, foi pedida autorização para reparações no telhado. Esta foi concedida a 7 de novembro.

Foram feitas alterações no arquivo e nas janelas da fachada poente, respetivamente, nos anos de 1944 e 1946.

Em junho de 1949 avançou-se com a possibilidade da construção de uma nova casa-forte, uma vez que a atual apresentava-se exígua para as necessidades. No entanto, devido a informação da Inspeção Geral das Dependências-Ultramar, produzida a 29 desse mês, que fora exarada com base em informações verbais obtidas do anterior gerente, Clarence Mendes, optou-se por retirar da casa-forte todos os documentos com mais de cinco anos do seu interior e que passassem a ser guardados num dos armazéns do edifício – este passou a funcionar como arquivo da filial.

A 5 de setembro de 1955 foi enviado orçamento com proposta para novas reparações profundas no edifício da filial. Estas implicavam: betonagem e pintura dos tetos e paredes; substituição de algumas tábuas no soalho; ampliação das aberturas existentes na sala da contabilidade para melhorar o sistema de ventilação; adaptar os lavabos ao novo sistema de canalização⁵. Este orçamento foi aprovado pela administração em carta de 1 de outubro. Estas obras começaram somente em março de 1956, por motivos de indisponibilidade do encarregado.

A 11 de julho de 1956, a administração questionou a filial sobre a possibilidade de adquirir terrenos para a construção de moradias para os funcionários do banco. Em resposta de dia 19, a filial informou ter encetado comunicações com as autoridades municipais e do governo

⁵ Que entretanto, em Dezembro de 1950, tinha sido ligado à rede geral de esgotos do município.



colonial. Nessa resposta, foi mencionado o enquadramento das moradias a construir na designação de 'casas de renda módica' da província, o que as habilitaria a isenções de direitos e impostos no material importado⁶.

Em carta de 4 de outubro, a filial informou a administração que, após visita pelas ruas da cidade da Praia acompanhados dos engenheiros-diretores das obras públicas e do presidente da câmara municipal, foram

selecionados os terrenos onde pudessem ser implementados os projetos para as moradias. Foi selecionado, no somatório de terrenos dispersos pela cidade, um total de 3.000 m². Foi também indicado que para cumprir com os trâmites da estética imposta naquela cidade, as moradias não podiam ter mais do que dois pisos.



05 – Interior edifício da filial do BNU Santiago. Zona do público, balcão e operações gerais à direita. Ao fundo, situava-se a tesouraria. Cerca de 1950.

A 23 de outubro, a administração solicitou que se iniciassem negociações com os proprietários dos terrenos selecionados. Nessa comunicação, foi também indicado que se planeava construir um número total de habitações para 12 funcionários.

A 20 de abril de 1957, foi enviada proposta para construção de moradias para os funcionários do BNU. Esta proposta foi elaborada pelo engenheiro civil, José Joaquim Brandão Calhau. Propunha a aquisição de um terreno com área de 2.630 m², que pertencia à câmara municipal e situava-se na zona do Plateau, enquadrado pelas ruas Pinheiro Chagas⁷, Neves Ferreira e General Barros. A proposta assentava na edificação de blocos de dois pisos. Tinha como vantagem a escassa urbanização do terreno e ser relativamente plano, o que facilitaria a sua terraplanagem. Outra vantagem era a sua centralidade – a sede dos Correios ficava na mesma rua Pinheiro Chagas e o Palácio do Governo ficava no quarteirão seguinte –, tendo em conta a escassez de terrenos em oferta na cidade à época.

⁶ Art.º 8º do Decreto n.º 40.633, de 4 de junho de 1956 (B.O. n.º 27, de 7 de junho de 1956).

⁷ Atual R. Dr. Júlio Abreu.



Em correspondência de 16 de dezembro de 1958 foi comunicada a instalação de sistema elevatório para ligar os dois pisos do edifício da filial. Este sistema tinha como função o transporte de documentação entre as diferentes secções que operavam nos dois pisos.

Em finais de 1959, quando a câmara municipal adjudicou a remodelação da rede elétrica da cidade da Praia, a gerência da filial do BNU aproveitou o ensejo para atualizar a rede elétrica da filial e da residência do gerente. Foi enviado orçamento com esse objetivo à administração, a 21 de setembro, e com carácter de urgência de modo a poderem ligar-se com a devida brevidade. A autorização foi enviada a 9 de outubro.

A 19 de março de 1964 foi enviado orçamento para obras de conservação do edifício da filial. Estas obras eram consideradas importantes, tendo em conta a antiguidade do imóvel que pertencia ao banco desde 1888. Este orçamento foi elaborado pelo engenheiro David Graciano Cohen, sócio principal da Empresa Industrial Construtora, Lda. – que recentemente se havia instalado na cidade da Praia. Previa o orçamento: pinturas gerais no interior e no exterior; substituição e reparação dos caixilhos e das portas; reparação dos soalhos; consolidação do vigamento; construção de instalações sanitárias na zona dos serviços e na residência do gerente; beneficiação da cozinha; reparações nas paredes; substituição das vidraças; substituição do forro em algumas divisões.

A 11 de junho desse ano, foi solicitado ao Serviço de Obras o pedido para fabrico de uma placa em mármore para identificar o novo nome da rua onde se situava a filial do BNU. Esta alteração toponímica para 'Rua do Banco Nacional Ultramarino' devia-se à comemoração do centenário do banco nesse ano.

A 8 de setembro de 1967 foi enviada nova exposição a solicitar urgência na resposta às obras de conservação atrás mencionadas. Esta exposição reiterou que as obras atuavam no exterior e no interior, bem como salientou que aquelas implicavam a sustentação do primeiro andar que ameaçava derrocada.

A 4 de dezembro, a filial enviou carta a informar que a câmara municipal da cidade da Praia, através do *Edital n.º 12/67*⁸, havia intimado para que o edifício do banco naquela cidade fosse pintado ou caiado no prazo de 30 dias. Esta medida devia-se à iminente visita do presidente da República Portuguesa no ano seguinte a Cabo Verde. Uma vez que a autorização para o orçamento enviado anteriormente à administração ainda não tinha sido validado, a filial informou que teria de proceder às reparações e à pintura das paredes exteriores, comunicando para tal o montante do orçamento. O Serviço de Obras do BNU autorizou esse procedimento em carta datada de 20 de dezembro. Estes trabalhos foram concluídos no dia 30 de dezembro.

⁸ Publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde n.º 48, de 2 de Dezembro de 1967.



Em carta de 17 de maio de 1968, a filial reiterou a necessidade de reparações ao edifício com a menção à instabilidade do soalho do primeiro andar. O Serviço de Obras, a 30 de maio, solicitou que fosse enviado orçamento discriminado das intervenções a executar. A filial respondeu em conformidade, a 26 de agosto, com novo orçamento elaborado pelo engenheiro Cohen.

Prevendo a indisponibilidade do edifício durante o decorrer das obras, a filial levantou essa preocupação em carta de 17 de setembro de 1968. Mais tarde, enviou a 28 de novembro uma proposta para arrendar um imóvel na cidade da Praia – pertença da firma C. de Vasconcelos (Herdeiros), Lda. – a fim de acolher, provisoriamente, os serviços do banco. A 19 de setembro de 1969, perante a ausência de resposta, a firma C. de Vasconcelos informou que não lhes interessava efetivar o contrato de arrendamento.

A 27 de março de 1971, a administração do BNU destacou à filial da cidade da Praia, o arquiteto Manuel Alzina de Menezes para que este vistoriasse e estudasse as remodelações necessárias para modernizar o edifício. Este constatou o péssimo estado de conservação e as precárias condições das instalações do banco, bem como da residência do gerente.

A 28 de março de 1972, sem qualquer deferimento sobre os pedidos anteriores, a filial enviou nova comunicação a questionar ponto de situação. Em sessão do Conselho de Administração do BNU de 10 de agosto, foi autorizado o estudo para a resolução definitiva das instalações precárias da filial do BNU na Praia, bem como da agência em S. Vicente.

A 2 de dezembro, a filial expediu nova correspondência a indicar a possibilidade de se instalar provisoriamente num edifício da cidade, pertencente à empresa Serbam.

A fevereiro de 1973, aquando de uma visita do administrador Abel Beja Corte Real, este autorizou as obras de urgência na casa de banho da residência, no arquivo do banco e no reforço do apoio do pavimento superior.

Numa informação de 14 de março de 1974, o arquiteto Alzina de Menezes, recomendou que a filial acordasse as condições de arrendamento com a Serbam e que contratasse o projeto para construção do novo edifício.

O advento da independência em Cabo Verde suspendeu todas estas intenções de melhorias.

Iniciada através da assinatura do acordo entre Portugal e o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), em dezembro de 1974, a independência foi proclamada a 5 de julho de 1975. Nessa ocasião, foi também criado o banco central dessa nova nação que adotou o nome de Banco de Cabo Verde (BCV) através da *Decisão com Força de Lei nº 25/75 de 29 Setembro*. Esta conferiu ao BCV, em regime de exclusividade, as funções de banco central e emissor, de autoridade cambial, de caixa do Tesouro e de banco comercial.



A 1 de julho de 1976 foram transferidos os ativos e passivos do BNU nesse país para o BCV. Nestes estavam incluídos todos os imóveis pertencentes ao BNU no arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente o edifício da filial.

Na década de 1990, o governo de Cabo Verde procedeu à aprovação de uma nova Lei Orgânica para o BCV com a finalidade de o desvincular da vertente comercial que ainda pertencia às suas funções. Assim sendo, no dia 1 de setembro de 1993, foi criado o Banco Comercial do Atlântico, SARL (BCA), separando assim as vertentes de supervisão da vertente comercial que vinham a ser desempenhadas em exclusivo pelo BCV desde a sua data de fundação. A partir desta data, o BCV assumiu somente as funções de banco central, ficando o BCA a operar como banco comercial e de desenvolvimento.

Num processo de evolução que prosseguiu nos anos seguintes, o governo de Cabo Verde autorizou a alienação de parte das ações que detinha no BCA. O *Decreto-lei nº 70/98* e a *Resolução nº 74/98*, ambos de 31 de dezembro de 1998, outorgaram essa decisão, bem como a regulamentação do concurso internacional para aquisição das respetivas ações. No resultado dessa negociação, foi selecionado como parceiro estratégico para o BCA o Grupo constituído pela Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico, que adquiriu 52,5% do capital do BCA, em fevereiro de 2000.

O edifício onde atualmente funciona a sede do BCA, na atual Avenida Amílcar Cabral (antiga Rua Sá da Bandeira), na cidade da Praia, ilha de Santiago, trata-se do edifício remodelado da antiga filial de Santiago do BNU.

Nuno Fernandes Carvalho

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Novembro de 2016